

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

CONCURSO PUBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROC-DP-54/2025 - ACORDO QUADRO PARA A AQUISIÇÃO DE CAUDALÍMETROS - 2025

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO.....	9
2. ANÚNCIO	10
3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	10
4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	11
5. TIPO DE FORNECIMENTO NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO.....	11
6. PRAZO DE VIGÊNCIA.....	12
7. CONCORRENTES.....	12
8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	12
9. INDICAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS.....	14
10. PROPOSTAS VARIANTES.....	14
11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA.....	14
12. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	14
13. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS	15
14. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	15
15. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES.....	15
16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	16
17. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS	17
18. RELATÓRIO PRELIMINAR.....	18
19. RELATÓRIO FINAL.....	18
20. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	18
21. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO.....	18
22. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	18
24. CAUÇÃO.....	20
25. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO-QUADRO.....	21
26. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO.....	21
27. DESPESAS.....	21
28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	22

ANEXOS

ANEXO I – DEUCP

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

ANEXO III – LISTA DE PARÂMETROS UNITÁRIOS

ANEXO IV – MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

ANEXO VI – CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO – ACORDO QUADRO

PREÂMBULO

A Águas do Douro e Paiva, S.A., adiante abreviadamente designada por AdDP, tem como objetivo a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo humano a 1,7 milhões de habitantes residentes nos 20 municípios acionistas (Amarante, Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia), abrangendo uma área de 2.715 km².

No cumprimento do objetivo para o qual foi criada é fundamental a manutenção do seu parque de infraestruturas, bem como de todos os equipamentos que as compõem. Deste conjunto de infraestruturas destacam-se as Estações de Tratamento de Água – ETA de Castelo de Paiva, ETA de Ferreira, ETA do Ferro, ETA de Lever, ETA de Pousada, os 34 Reservatórios e as 25 Estações Elevatórias. Cabe assim garantir que todos os equipamentos se encontram devidamente aptos ao desempenho da funcionalidade a que se destinam. No **Anexo I ao Caderno de Encargos** encontra-se uma lista exaustiva do conjunto de equipamentos.

Para aquele efeito, realiza diversas intervenções para assegurar a execução de manutenção preventiva e corretiva, sendo que desta última o carácter de urgência é constante dado tratar-se de um bem de primeira necessidade para as populações.

Por isso, a AdDP, carece de se socorrer, de forma continuada e reiterada, da aquisição de materiais, podendo ab initio e em abstrato ser especificados, concretizados e valorizados unitariamente, não podem contudo ser objeto de prévio dimensionamento ou quantificação global, designadamente no número total de quantidades a adquirir e no valor de cada uma delas, uma vez que são elas determinadas em função das necessidades que se apresentam mas que, dado o seu carácter aleatório, fruto da sua génese fortuita ou inesperada, não são suscetíveis de serem previamente estimadas. Deste conjunto passível de concretização fazem parte os materiais que num passado recente, foram os mais utilizados nas substituições de materiais operadas nas tarefas de manutenção.

Por outro lado, e à semelhança do que se disciplina em sede de execução das diferentes tipologias de contratos públicos, o caderno de encargos consagra e regula, no seu artigo 8.º, a possibilidade de modificação objetiva do acordo-quadro, tendo em vista a inclusão de novos artigos para fornecimento e que se apresentem como indispensáveis à concretização plena dos objetivos deste instrumento contratual.

A modificação do acordo-quadro, que poderá ter lugar em qualquer momento e por mais do que uma vez, traduzir-se-á na inclusão, a todo o tempo, de **novos artigos de bens** não diretamente representados no

mapa que integra o Anexo III ao Programa do Procedimento e não enquadráveis no mecanismo de atualização das características dos bens, previsto no artigo 7.º do caderno de encargos.

Porque, como se disse, o acordo-quadro visa dar resposta a necessidades urgentes – e, por vezes, prementes – da Entidade Adjudicante, poderá esta promover a inclusão de bens, nos termos previstos no citado artigo 8.º, e, de forma imediata e sucessiva, exercer o direito de opção destinado a formalizar a aquisição do bem aditado para suprir a necessidade que motive a modificação do acordo-quadro.

Uma vez que as peças e componentes a adquirir destinam-se a integrar equipamentos e infraestruturas preexistentes e que se encontram em operação, é absolutamente crítico para o bom funcionamento dos equipamentos assegurar que as peças a substituir sejam da marca do fabricante do equipamento, por serem só estas as que garantem o perfeito funcionamento do mesmo. As peças consideradas são patenteadas e de fabrico especial, fundidas em moldes específicos do fabricante e sujeitos a design, de modo a encaixarem entre si por forma a criar um conjunto perfeito e capaz de desempenhar a sua função, que é a de medição.

A utilização de peças/componentes alternativos, equivalentes, não estando construídas dentro das especificações do fabricante, na maioria das vezes, não funcionam pois são técnica e tecnologicamente incompatíveis com os equipamentos de medição existentes.

Dada a sensibilidade dos equipamentos em operação e dos riscos para a operação da entidade adjudicante de um deficiente funcionamento dos mesmos, com reflexos graves para o interesse das populações, é absolutamente indispensável que as peças e componentes a fornecer se assumam como estritamente **equivalentes** às peças e componentes indicadas pela entidade adjudicante.

Com efeito, a utilização de peças alternativas, similares nas suas características e funcionalidades mas não verdadeiramente equivalentes, não estando concebidas estritamente dentro das especificações do fabricante, origina a ocorrência de avarias, colocando em risco a operacionalidade do equipamento e, em último caso, o tratamento da água para consumo humano.

Nessa medida, a entidade adjudicante, em sede de execução do presente acordo, será especialmente rigorosa na verificação da equivalência com as especificações técnicas das peças e componentes indicados pelo adjudicatário, na medida em que não se bastará, para considerar bem executados os fornecimentos, que os produtos disponibilizados tenham a mesma finalidade, objetivo e propósito, apresentando características semelhantes às exigidas, solicitando, sempre que necessário, as fichas técnicas, manuais, bem como quaisquer outros dados entendidos como fundamentais a um diagnóstico completo e objetivo das características e performance global da marca proposta pelo Adjudicatário.

Pelos motivos indicados, a entidade adjudicante exigirá uma equivalência total às especificações técnicas,

aceitando peças e componentes que não apenas se destinem à finalidade pretendida, mas que apresentem também as mesmas características e propriedades das marcas indicadas, podendo submeter os produtos indicados pelos concorrentes, em fase de execução do acordo quadro, a testes prévios de verificação de equivalência, à luz dos parâmetros seguintes:

- Os níveis de qualidade global;
- Os níveis de desempenho ambiental e climático;
- A conceção que preveja todas as utilizações necessárias à função manutenção da AdDP;
- A avaliação da operacionalidade e conformidade na fase da operação de manutenção;
- O desempenho, nomeadamente em termos de duração, eficiência, facilidade de desenvolvimento das tarefas manutenção, custos associados ao ciclo de vida do bem e facilidade de stockagem;
- A utilização do produto;
- A segurança ou as dimensões;
- A terminologia, os símbolos, os ensaios e métodos de ensaio;
- A marcação e rotulagem;
- As instruções de utilização.

Se o tipo de produto indicado **não for equivalente** em todos os parâmetros exigidos, o adjudicatário fica obrigado a fornecer o produto da marca de referência (da especificação técnica), não se admitindo nova proposta e teste de equivalência, dada a urgência na execução do fornecimento, atendendo aos riscos de perturbação prolongada da atividade.

As necessidades, conforme já explicado são de 2 níveis: peças de desgaste e equipamentos propriamente ditos. Ora se para os primeiros será fácil de entender a pertinência de adquirir peças totalmente equivalentes às existentes, por fazerem parte de um todo que tem de funcionar em pleno, para os segundos poderá ser menos perceptível, mas nem por isso menos pertinente, por diversas razões:

- a aquisição de novos equipamentos para substituição ou acréscimo dos existentes, de marcas diferentes das dos equipamentos do parque existente, ainda que equivalentes, levará na maior parte dos casos a duplicar, triplicar ou quadruplicar o investimento em stock de peças de desgaste, a menos que seja possível que uma mesma peça de desgaste seja compatível com todas as marcas de equipamentos existentes na empresa. Ora, facilmente se compreende, que será muito difícil que tal seja uma realidade sempre presente, pelo que a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso de forma a não ver aumentados os seus gastos de stockagem em peças de desgaste;

- a aquisição de novos equipamentos para substituição ou acréscimo dos existentes, de marcas diferentes das dos equipamentos do parque existente, ainda que equivalentes, sendo para ligação a outros equipamentos idênticos ou complementares, poderá colocar em causa o funcionamento do conjunto, pelo que a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso de forma a assegurar que se trata de um equivalente perfeito da marca utilizada para descritivo técnico do material, assegurando assim o funcionamento, completo, correto e harmonioso do conjunto;

- a aquisição de peças de desgaste que não sejam equivalentes perfeitos, para além de potenciarem avarias futuras, conforme dita a experiência de cerca de 30 anos da AdDP, poderá ainda acarretar gastos de instalação acrescidos, medidos em tempo e em dinheiro, caso venham a revelar-se necessárias adaptações ou dificuldades na sua aplicação durante as operações de manutenção, pelo que, a empresa necessita de sujeitar as marcas equivalentes que o fornecedor venha a apresentar a um escrutínio rigoroso, de forma a assegurar que se trata de um equivalente perfeito da marca utilizada para descritivo técnico do material;

- a incompatibilidade das peças de desgaste de algumas marcas serem incompatíveis com os equipamentos de outras marcas, levará ainda à criação e stocks obsoletos, os quais terão uma repercussão nos resultados da empresa.

Esta possibilidade legal está consagrada no artigo 49.º, n.º 8 do Código dos Contratos Públicos, onde se prevê expressamente a possibilidade de as especificações técnicas fazerem referência a determinado fabrico ou proveniência, incluindo marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção, se o objeto do contrato o justificar, o que, como tecnicamente se demonstrou, é, aqui, manifestamente o caso.

Reforce-se que esta possibilidade está igualmente consagrada no artigo 42.º, n.º 4 da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, razão pela qual a entidade adjudicante, a título excecional e extraordinário, porque o objeto do contrato assim o exige, está disponível apenas para a aquisição dos produtos especificados.

O acordo quadro mostra-se um instrumento imprescindível à atividade desenvolvida pela AdDP. A solução disponibilizada pela implementação desta solução jurídica configura-se como necessária e adequada às respostas que esta empresa tem de assegurar, na atividade de manutenção dos equipamentos e infraestruturas, favorecendo a célere e imediata intervenção/manutenção, sem quebras ou paragens no ciclo produtivo da água para consumo humano, bem como no respetivo abastecimento dos Municípios seus clientes.

A disciplina do acordo quadro é, por isso, crítica ao funcionamento da manutenção dos equipamentos e infraestruturas, razão pela qual a AdDP, investe tempo, dinheiro e mobiliza vários recursos à promoção destes procedimentos.

A necessidade da AdDP, na celebração de acordo quadro, permite concluir que a frustração deste instrumento, fundada na falta de resposta cabal pelo adjudicatário, assume consequências críticas para a atividade da empresa, potenciada pelos recursos e meios investidos. O conhecimento prático adquirido pela AdDP, mostra que a promoção de um procedimento tenente à celebração de acordo quadro do qual não resulte, por inaptidão do adjudicatário à solução pretendida, frustra não só a solução que se pretendia implementar na resolução do problema, como dissipa o trabalho desenvolvido pela entidade adjudicante no alcance dessa mesma solução.

Assim, com o presente procedimento, a AdDP, pretende, para cada um dos lotes que criou e que se

encontram discriminados nas peças do procedimento, celebrar, com um adjudicatário, um acordo quadro para a aquisição de materiais.

No acordo quadro (contrato de opção) pretende-se ajustar com cada adjudicatário todos os termos e condições a que obedecerão as referidas aquisições (contratos optativos de aquisição de bens), de molde a que, na presença de uma necessidade de aquisição de materiais em questão, a adjudicação da aquisição de bens se processe de uma forma praticamente automática e sem especial formalidade, sendo determinante a resposta imediata do adjudicatário.

Atendendo que integra o objeto do acordo quadro a aquisição de materiais destinado a assegurar a execução de manutenções urgentes nos equipamentos de tratamento de água destinada ao consumo humano, assume importância ponderosa o estrito e pontual cumprimento dos prazos definidos para a entrega dos materiais, os quais constituem aspetos vinculados de execução do contrato não estando, por isso, submetidos à concorrência. Mostra-se, assim, determinante na análise das propostas e da conformação conferida aos termos de contratação da aquisição dos materiais, no prazo fixado, independentemente de se tratar de agentes, representantes ou fornecedores dos referidos materiais.

Salienta-se, ainda, no âmbito do acordo quadro as exigências impostas ao cumprimento das especificações prescritas para os materiais, designadamente a irredutibilidade da AdDP, em ser fornecida por materiais que não cumpram as especificações técnicas indicadas, ainda que estas sejam referenciadas por equivalência a marcas. Nesta medida, assume particular importância a disciplina consagrada no caderno de encargos respeitante à recusa de materiais que não cumpram as especificações, metodologia de substituição, política de sancionamento e penalização.

Para a AdDP a operacionalidade das suas infraestruturas de produção, armazenamento e distribuição de água para consumo humano é vital, pelo que na descrição dos materiais constante do **Anexo III ao Programa do Procedimento**, Lista de Preços Unitários, é utilizada a remissão/referenciação dos materiais a marcas, como forma de tornar inequívoca a descrição técnica dos materiais pretendidos, ainda que sempre acompanhada da menção “ou equivalente”. Tal referência é utilizada, a título excecional, por não ser possível, ou por ser muito difícil, uma descrição suficientemente precisa e inteligível dos bens objeto do contrato.

ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

I. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO

- I.1 O presente concurso adota a designação de “PROC-DP-54/2025 – Acordo Quadro para a Aquisição de Caudalímetros e Outros Materiais Conexos”.
- I.2 O presente concurso público tem por objeto a escolha do cocontratante particular do Acordo Quadro para a aquisição de caudalímetros e outros materiais conexos, melhor descritos e identificados no **Anexo III ao Programa de Procedimento**, a utilizar na manutenção do conjunto de equipamentos da Águas do Douro e Paiva, S.A., nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.
- I.3 A entidade adjudicante é a Águas do Douro e Paiva, S.A., doravante designada por **AdDP** com sede na Rua de Vilar, n.º 235 – 5.º, 4050-626, União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, do concelho do Porto, Pessoa coletiva n.º 514 310 774, matriculada na conservatória do registo comercial de Vila Nova de Gaia, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:
- ✓ Telefone: +351 226059300
 - ✓ Correio Eletrónico: geral@addp.pt
 - ✓ O presente procedimento decorrerá exclusivamente através da Plataforma eletrónica de contratação pública **ACINGOV** acessível através do sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt>
- I.4 A decisão de contratar foi tomada pelo Administrador Executivo do Pelouro a 27 de maio de 2025 e ratificado em reunião do Conselho de Administração da AdDP, em reunião do dia 11 de junho de 2025.
- I.5 A contratação é precedida do presente procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º e sgs., ambos do Código dos Contratos Públicos.
- I.6 O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério consignado na alínea a) do n.º 1, do artigo 20.º e do n.º 2 do artigo 253.º do Código dos Contratos Públicos.
- I.7 O procedimento compreende os seguintes lotes, sendo admitidas propostas para um só deles, para alguns ou para todos:
- LOTE N.º 1 – Caudalímetros A
 - LOTE N.º 2 - Caudalímetros B
 - LOTE N.º 3 – Caudalímetros C
- I.8 Caso algum concorrente apresente proposta para mais do que um Lote deve submeter a proposta identificando expressamente os lotes a que respeita.

- 1.9** Sendo adjudicados mais do que um lote ao mesmo concorrente, está este obrigado, enquanto adjudicatário nos contratos referidos aos mesmos, a autonomizar a afetação de meios humanos e materiais a cada um dos contratos de forma, a que, de modo algum, fique prejudicada a capacidade de execução simultânea do fornecimento dos bens abrangidos pelos diversos contratos.
- 1.10** O acordo-quadro, objeto do presente procedimento, constitui um instrumento contratual e de gestão indispensável para a Entidade Adjudicante assegurar a realização da sua atividade estatutária e garantir a operacionalidade, manutenção e renovação da infraestrutura de produção, conforme se encontra devidamente detalhada no preâmbulo ao presente Programa, fundamentação que se dá aqui por reproduzida.
- 1.11** A formação do acordo-quadro é absolutamente indispensável para a concretização do interesse público inscrito no número anterior, dado que apenas os operadores económicos especializados e capacitados no mercado detêm vocação e capacidade técnica instalada para assegurar, de forma continuada, os fornecimentos previsíveis e potenciais abrangidos pelo acordo-quadro, não tendo a Entidade Adjudicante recursos humanos, técnicos, materiais e estrutura organizativa para empreender a realização de tais prestações através de mecanismos internos e meios próprios.

2. ANÚNCIO

- 2.1** O anúncio do Concurso Público, indicado no n.º 1 acima, foi publicado no Diário da República, de acordo com o artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e suas posteriores alterações e republicações, doravante designados conjuntamente por CCP.
- 2.2** O anúncio do Concurso Público indicado no n.º 1.2 foi ainda publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de acordo com o artigo 131.º do CCP.

3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 3.1** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
- 3.2** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 3.1, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.
- 3.3** O Processo do Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
- a) Os Anúncios;
 - b) O presente Programa de Procedimento;
 - c) O Caderno de Encargos.

4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 4.1** Os interessados podem dirigir à AdDP, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no n.º 3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas.
- 4.2** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do procedimento e através da plataforma eletrónica indicada em n.º 3.1, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.3** A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, através da referida plataforma eletrónica, até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.4** A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.
- 4.5** A AdDP poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 23:59:59 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente.

5. TIPO DE FORNECIMENTO NO QUE SE REFERE AO MODO DE REMUNERAÇÃO

- 5.1** O acordo-quadro a celebrar entre a Entidade Adjudicante e o cocontratante obedecerá à modalidade prevista na alínea a), do n.º 1 do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*, porquanto, na sequência da adjudicação, estarão especificados, de forma suficiente, todos os aspetos da execução dos contratos de aquisição de bens a celebrar ao seu abrigo (*contratos de aquisição*).
- 5.2** O acordo-quadro tem natureza gratuita, na medida em que o cocontratante a selecionar atribuirá à Entidade Adjudicante o direito de opção de esta, de forma autónoma, celebrar contratos de aquisição de bens sem qualquer contrapartida remuneratória ou outra, não ficando a Entidade Adjudicante obrigada a pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem o reconhecimento de qualquer benefício económico, direto ou indireto, seja a que título for ao cocontratante do acordo-quadro.
- 5.3** A celebração dos contratos ao abrigo do acordo-quadro será realizada por ajuste direto, nos termos do artigo 258.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos* e com as especificidades previstas no caderno de encargos, dada a circunstância de no acordo-quadro estarem já definidos suficientemente especificados todos os aspetos de execução dos contratos a

celebrar ao seu abrigo.

- 5.4** Em execução dos contratos de aquisição de bens a celebrar ao abrigo do acordo-quadro, a Entidade Adjudicante pagará ao cocontratante as quantidades de bens móveis efetivamente fornecidas, de acordo com os critérios de determinação dos preços unitários consagrados na respetiva proposta.
- 5.5** A forma de pagamento é a regulada no Caderno de Encargos.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 6.1** O acordo-quadro tem o prazo de vigência de 2 (dois) anos a contar da data nele a fixar, OU pelo período que decorra desde esta data até que seja atingido o valor máximo fixado no n.º 4 do artigo 4.º do caderno de encargos para cada lote, o que ocorrer primeiro.
- 6.2** O valor máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Acordo Quadro a celebrar, ou seja, que representa o somatório do preço contratual de todos os contratos optativos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro, para o conjunto dos lotes a que respeitem, é de 230.000,00 EUR (duzentos e trinta mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, o que se determina para efeitos do artigo 17.º, n.º 4 do CCP.
- 6.3** O somatório dos valores dos contratos a celebrar ao abrigo do presente acordo-quadro, por lote, não podem ultrapassar os seguintes valores “máximos”:
- LOTE N.º 1 – Caudalímetros A – 130.000 euros (cento e trinta mil euros)
 - LOTE N.º 2 - Caudalímetros B - 60.000 euros (sessenta mil euros)
 - LOTE N.º 3 – Caudalímetros C - 40.000 euros (quarenta mil euros)
- 6.4** Adicionalmente, são fixados os preços base unitários previstos na Lista de Preços Unitários (LPU), constante do Anexo III ao Programa do Procedimento, os quais se encontram sujeitos à concorrência de mercado pelo Caderno de Encargos.

7. CONCORRENTES

- 7.1** Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 8.1** A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos:
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, a preencher de acordo com as instruções previstas no **ANEXO I** ao presente programa.
 - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II**. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja

expressamente atribuída à AdDP;

- c) Lista de preços unitários preenchida de acordo o modelo constante do **ANEXO III** disponibilizado para cada Lote.
- d) Declaração, no caso de o concorrente ser um **agrupamento de empresas**, em que as empresas agrupadas assumem solidariamente a responsabilidade perante a AdDP pela manutenção da sua proposta, e se comprometem, em caso de adjudicação, a constituírem-se em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou a associarem-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, antes da celebração do contrato; a referida declaração, nos termos do **ANEXO IV** do presente Programa de Procedimento, deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento para efeitos de notificação dos atos no decorrer do procedimento.

8.2 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

8.3 A proposta deve ser acompanhada pela chave de acesso à certidão atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa concorrente para efeitos de verificação da obrigação prevista no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

8.4 Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser todos, individualmente, assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos.

8.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, tais documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8.6 No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8.7 A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

9. INDICAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

- 9.1** Os preços aplicáveis a cada uns dos lotes deverão ser discriminados nas propostas com zero casas decimais.
- 9.2** Os concorrentes deverão apresentar preço para todos os artigos que integram o(s) lote(s) a que concorrem, indicados na LPU em **Anexo III ao Programa de Procedimento**, os quais incluirão todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não estejam expressamente atribuídos à AdDP nos termos do Caderno de Encargos;
- 9.3** A não apresentação de algum ou alguns preços(s) unitário(s) corresponde à falta da apresentação de atributo da proposta, vedada nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, circunstância que determinará a exclusão da mesma.
- 9.4** Consideram-se preços unitários anormalmente baixos as propostas cujo somatório dos mesmos corresponda a um desvio percentual superior a 30% (trinta por cento) em relação ao valor médio do somatório dos preços unitários das propostas admitidas em cada lote, com as consequências advenientes dos termos conjugados do n.º 3 do n.º 1 do artigo 71.º e da alínea e) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

10. PROPOSTAS VARIANTES

- 10.1** Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

11. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 11.1** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 11.2** Quando pela sua própria natureza, ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

12. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1** A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto 8, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 3.1 **até às 23:59:59 horas do dia 30/07/2025** ou daquele que vier, eventualmente, a ser determinado por força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.
- 12.2** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17

agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

12.3 A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos, nela, contidos.

12.4 As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, nos termos previstos nos artigos 118.º e sgs. do CCP.

13. ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica referida no ponto 3.1 deste Programa do Procedimento.

13.2 Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

13.3 Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes e no caso de não se encontrar a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o previsto nos números anteriores.

14. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1 Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

15. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES

15.1 Os concorrentes obrigam-se a prestar, relativamente aos elementos que instruem as suas propostas, os esclarecimentos que o Júri considere necessários e considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

15.2 Os esclarecimentos solicitados nos termos do número anterior serão prestados no prazo que no pedido, por escrito, for fixado. Esse prazo não será superior a cinco dias e a não apresentação de tais esclarecimentos ou de justificação considerada aceitável, dentro de tal prazo, implicará a exclusão da respetiva proposta.

15.3 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões

que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

- 15.4** À AdDP assiste o direito de se poder informar das condições técnicas atuais de qualquer dos concorrentes junto da entidade competente.

16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 16.1** O critério de adjudicação é da *proposta economicamente mais vantajosa*, na modalidade **monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.
- 16.2** O fator único que integra o critério de adjudicação indicado no número anterior é o **preço mais baixo proposto**, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta cujo somatório dos preços unitários propostos, em resultado da aplicação da fórmula de avaliação fixada no ponto seguinte, seja o mais baixo para a Entidade Adjudicante, ordenando-se as demais de forma subsequente e em conformidade com a mesma metodologia.
- 16.3** A avaliação do preço relativa a cada entidade adjudicante efetuar-se-á pela aplicação da fórmula seguinte:

$$PL = \frac{\sum_{i=1}^n (P_i)}{N}$$

PL = preço médio do lote

P = preço unitário do artigo no 1º ano de execução contratual e no 2º ano de execução contratual

N = número total de artigos

- 16.4** Os concorrentes deverão apresentar preço para todos os artigos que integram o(s) lote(s) a que concorrem, indicados no **Anexo III** ao programa de procedimento.
- 16.5** A não apresentação de um dos preços unitários consubstancia a falta de um atributo da proposta, a qual, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, determinará a exclusão da proposta.
- 16.6** Caso sejam recebidas mais do que uma proposta com o mesmo preço, o desempate entre elas e a subsequente ordenação das propostas far-se-á, de forma sucessiva, e até que se obtenha a diferenciação, através dos preços unitários mais baixos propostos para a execução das componentes do fornecimento compreendidas nos artigos seguintes, constantes da lista de preços unitários:

LOTE I – Caudalímetros A

1.º artigo: Conversor de sinal, 24Vdc, erro ≤ 0,2%, Profibus DP + 4-20mA, montagem mural remota, IFC300 - artigo 1.77;

2.º artigo: Conversor de sinal, 24Vdc, erro $\leq 0,2\%$, Modbus RTU + 4-20mA, montagem mural remota, IFC300 - artigo 1.75;

3.º artigo: Primário Medidor Caudal Electromagnético, flangeado EN1092-I, hastelloy C, caixa ligações alumínio, IP67 – DN125 PN16- artigo 1.18;

LOTE 2 – Caudalímetros B

1.º artigo: **Módulo complementar comunicações DeviceNet, MAG6000 - artigo 2.61;**

2.º artigo: **Conversor de sinal, MAG6000, 24Vdc, erro $\leq 0,2\%$ - artigo 2.56;**

3.º artigo: Primário Medidor Caudal Electromagnético, flangeado EN1092-I, MAG5100W, DN300 PN10 - artigo 2.3;

LOTE 3 – Caudalímetros C

1.º artigo: Medidor Caudal Eletromagnético completo Promag 400, flanges EN1092-I, hastelloy C, Ethernet-IP, caixa ligações alumínio, IP67, versão remota, 25 metros cabo - 5W4C2H-2VRU0/0 (5W4C2H-AAELNP4NUD2K1B+AG), DN200 PN10 - artigo 3.1;

2.º artigo: Medidor Caudal Eletromagnético completo Promag 400, flanges EN1092-I, hastelloy C, Ethernet-IP, caixa ligações alumínio, IP67, versão remota, 25 metros cabo - 5W4C2F-1XMT4/0 (5W4C2F-AAELNP4NUD2K1B+AG), DN250 PN10 - artigo 3.2;

3.º artigo: Medidor Caudal Eletromagnético completo Promag 400, flanges EN1092-I, hastelloy C, Ethernet-IP, caixa ligações alumínio, IP67, versão remota, 25 metros cabo - 5W4C3H-20M90/0 (5W4C3H-AAELNP4NUD2K1B+AG), DN300 PN10 - artigo 3.3;

16.7 Em último caso, se mesmo assim existir propostas com igual classificação, realizar-se-á um sorteio para desempate daquelas, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados, via correio eletrónico, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, com a indicação da hora e o local da sua realização.

16.8 Será concedida uma tolerância de 15 (quinze) minutos, a contar da hora indicada para a realização do sorteio, decorrida a qual, o mesmo será iniciado ainda que não se encontrem presentes todos os representantes dos concorrentes notificados.

16.9 O júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apensa ao processo de contratação e que será divulgada por todos os concorrentes.

16.10 Os concorrentes, cujos representantes não tenham comparecido ou tenham chegado para além do período de tolerância supra fixado, não poderão reclamar do teor da ata, nem dos resultados do sorteio.

17. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

17.1 São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas no artigo 70.º e nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

18. RELATÓRIO PRELIMINAR

- 18.1** O Júri elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, ordenando-as de acordo com o critério de adjudicação fixado no presente procedimento.
- 18.2** No relatório mencionado no número anterior, o Júri fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
- 18.3** O Relatório Preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do procedimento, podendo os concorrentes pronunciarem-se sobre o seu teor no prazo de 5 (cinco) dias.

19. RELATÓRIO FINAL

- 19.1** Exercido o direito de audiência prévia referido no número 18.3, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, que submete à apreciação e decisão da entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 146.º, n.º 2, do CCP.
- 19.2** No caso previsto na parte final do número anterior, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos do 18.3.

20. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 20.1** Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicar.

21. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

- 21.1** A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.

22. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

- 22.1** Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, designadamente, quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o

justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos dos artigos 24.º e 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ou do n.º 7 do artigo 5.º, do Decreto-Lei 92/2013, de 11 de julho.

23. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS

23.1 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da referida notificação, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º I do artigo 81.º daquele diploma;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d) e e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP. A entrega destes documentos será dispensada caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional dos Fornecedores do Estado e seja possível à entidade adjudicante a consulta da sua situação:
 - i. Certificado de Registo Criminal, com a indicação do fim a que se destina – Contratação Pública, (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Cópia do comprovativo do Registo de Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

23.2 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação previsto no ponto anterior pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

23.3 Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

23.4 O modo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º- A do Código dos Contratos Públicos.

23.5 No prazo definido no ponto 23.1 deve, ainda, o adjudicatário entregar os seguintes documentos, os quais sempre que não sejam emitidos e assinados por entidades oficiais, devem cumprir a formalidade de assinatura prevista no Ponto 8.4:

- a) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da AdDP, S.A., em <http://www.addp.pt>;
- b) Declaração de Responsabilidade Social, elaborada de acordo com a minuta constante do **Anexo V** ao presente Programa do Procedimento;
- c) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;
- d) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

23.6 Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 24.1 e 24.5 devem ser apresentados por todos os seus membros.

23.7 Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante.

23.8 No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder à respetiva supressão.

24. CAUÇÃO

24.1 Para efeitos do presente procedimento, no âmbito da celebração do Acordo Quadro, não será exigida a prestação de caução a que se refere o artigo 254.º do CCP.

25. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO-QUADRO

- 25.1** A minuta do acordo-quadro será aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 25.2** O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do acordo-quadro a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.
- 25.3** Aprovada a minuta do acordo-quadro a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos e para pronunciar, querendo.
- 25.4** A minuta do acordo-quadro a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.
- 25.5** As reclamações da minuta do acordo-quadro a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 25.6** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 25.7** Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
- 25.8** Após a aceitação da minuta do acordo-quadro pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante reduz a versão final do clausulado contratual em suporte informático para a aposição de assinaturas eletrónicas pelos representantes das outorgantes.

26. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

- 26.1** A celebração de contratos de aquisição de bens ao abrigo de cada acordo quadro terá como sujeitos as partes que outorgaram o acordo quadro, não podendo, neles, estar implicada qualquer outra entidade.
- 26.2** Da celebração dos referidos contratos não poderão resultar alterações substanciais das condições consagradas no acordo quadro, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o que desde já se ressalva.
- 26.3** A celebração dos contratos de aquisição de bens obedecerá à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

27. DESPESAS

- 27.1** Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes

ou do adjudicatário, conforme o caso.

28. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

28.1 A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá utilizar o documento pré-preenchido pela AdDP disponibilizado junto às peças do presente procedimento na plataforma eletrónica e completar o seu preenchimento, com as informações que lhe digam respeito, disponibilizado para o efeito no Portal dos Contratos Públicos Base.Gov - <http://www.base.gov.pt/Base/pt/DEUCP>.

As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento, devendo ser preenchidas todas as restantes partes do DEUCP.

O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da CIRCULAR INFORMATIVA N.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_I_IMPIC_2016.pdf.

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DA PROPOSTA

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da “.....-..... –.....”, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 2025, obriga(m)-se a executar o Acordo Quadro de _____ - **LOTE n.º**, em conformidade com o Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, e obriga-se a executar o acordo quadro, bem como todos os contratos a celebrar ao abrigo do mesmo acordo quadro, de harmonia com o disposto no identificado caderno de encargos, nas condições técnicas indicadas, pelos parâmetros unitários de cada artigo apresentado na lista de parâmetros unitários, constante do **Anexo III**, que faz parte da presente proposta.

A presente proposta vincula-se, ainda, e em absoluto ao critério de formação de preço estabelecido nos artigos 7.º e 8.º do Caderno de Encargos por forma a suprir as necessidades.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO III

LISTA DE PARÂMETROS UNITÁRIOS

Disponibilizada em ficheiro excel

ANEXO IV

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a “...-...-.... –....”, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa representará a associação perante a AdDP, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para (indicar endereço, telefone, correio eletrónico e fax).

As empresas associadas assumem perante a AdDP, S.A. responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas assumem perante a AdDP, S.A. responsabilidade solidária passiva com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de fornecimento caso seja este o cocontratante. ^(b)

As empresas associadas obrigam-se a submeter à prévia apreciação e autorização da AdDP, S.A., qualquer alteração na composição da associação, sob pena de não fazendo, ver a sua proposta excluída ou, se for o caso, a adjudicação caducar.

Data _____

Assinatura (c) _____

^(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: “_____” (em maiúsculas).

^(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

^(c) - Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdDP venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a AdDP de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito da execução do contrato;
- m) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

Assinaturas

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO VI

CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

RE: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

Ana Dias

Para

Bcc:

Setcontrol -<adriano.rodrigues@setcontrol.pt>

HidroLink -<logistica.df.pt@siemens.com>

luis.faria@siemens.com

sensorin@sensorin.pt

luis.santos@sensorin.pt

Bresimar -<sara.tavares@bresimar.pt>

Endress Hauser -<elsa.sousa@endress.com>

geral@4energy.pt

ses: 11/04/2025 19:05

LPU RETIFICADA Ilalix

45 KB

Exmos. Senhores,

Pedimos, desde já, desculpa pelo lapso, mas remetemos a nova versão da Lista de Preços Unitários retificada, com a devida correção nos itens 2.66 e 2.67 do LOTE II Caudalímetros B.

Agradecemos que seja considera a lista agora remetida.

Relembramos, que mantem **fixado o prazo de resposta a este pedido de consulta preliminar em 23 (vinte e três) dias corridos, ou seja, 30 de abril de 2025.**

Cumprimentos,

Ana Dias
Técnica Superior de Compras e Logística
Órgão de Apoio de Compras e Logística

ÁGUAS DO DOURO e PAIVA

Grupo Águas de Portugal

SIMDOURO

Grupo Águas de Portugal

Rua de Vilar, nº 235, 5.º andar | 4050-626 Porto | Portugal | Telefone: 226059300 | www.addp.pt

www.addp.pt

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir. This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

Na eventualidade de a presente mensagem ser inadvertidamente rececionada no período de descanso, o que se lamenta, a ÁGUA DOURO reitera que não se espera que a mesma seja lida, respondida ou que relativamente à mesma seja tomada qualquer ação, fora do seu horário de trabalho. In the event that this message is inadvertently received during the rest period, which is regrettable, it is not expected that it will be read, responded to or any action taken, outside your usual working hours.

a) Setcontrol - Projecto e Controlo Industrial, Lda. – 504069292;

RE: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

Luis Mateus

<luis.mateus@setcontrol.pt>

Para

Ana Dias

Cc

Adriano Rodrigues

Dar seguimento.

Comear 5 de maio de 2025.

Concluir até 5 de maio de 2025.

Preço_Addp_Consulta Preliminar.pdf

Ficheiro .pdf

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Bom dia, cara Ana,

No seguimento da vossa consulta, que muito agradecemos, enviamos em anexo a tabela preenchida com valores para medidores de caudal da marca Krohne (Lote nº1)

Melhores cumprimentos

Luis Mateus

SETCONTROL

PROJECTO E CONTROLO INDUSTRIAL, LDA

SIGS

PNE lider 20

excelencia 20

Bom dia, 11/04/2025 11:19

b) SENSORDIN - SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS LDA - 504715607;

Proposta nº 3513 - V/ Ref: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

Nuno Santos

<nuno.santos@sensorin.pt>

Para

Ana Dias

Cc

Hugo Couto - SENSORDIN

Dar seguimento.

Comear 11 de abril de 2025.

Concluir até 11 de abril de 2025.

Clique aqui para transferir imagens.

Para ajudar a proteger a sua privacidade, o Outlook impediu a transferência automática de algumas imagens desta mensagem.

proposta3513.pdf

Ficheiro .pdf

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Exmos(as). Senhores(as) Ana Dias:

Vimos por este meio enviar em anexo a nossa Proposta nº 3513, referente à vossa consulta: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

Caso exista alguma dúvida, agradecemos que contactem o nosso departamento comercial ou se preferir, o nosso gestor comercial.

Com os melhores cumprimentos,

Nuno Santos

(Dep.Comercio)

c) Bresimar Automação, S.A. – 501361715;

MOD 6.25 R6 - PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

28 / 30

FW: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

PM PEDRO MARQUES <tecnico@bresimar.pt>
Para: Ana Dias
Dar seguimento. Começar 14 de abril de 2025. Concluir até 14 de abril de 2025.
Cópia de LPU RETIFICADA II com preços.xlsx
Ficheiro.xlsx

Responder Responder a Todos Reencaminhar
seg 14/04/2025 12:40

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Bom dia,
Enviamos em anexo a listagem retificada.
Obrigado.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Marques
Dir. Técnico
tecnico@bresimar.pt



d) Endress+Hauser Portugal, S.A. – 505382750;

FW: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

IE Info - E+H PT <info.pt@endress.com>
Para: Ana Dias
Cc: Elsa Sousa; Daniel Silva
Dar seguimento. Começar 17 de abril de 2025. Concluir até 17 de abril de 2025.
Clique aqui para transferir imagens. Para ajudar a proteger a sua privacidade, o Outlook impediu a transferência automática de algumas imagens desta mensagem.
LPU RETIFICADA II.xlsx
Ficheiro.xlsx
Simdouro - LPU RETIFICADA II.xlsx
Ficheiro.xlsx

Responder Responder a Todos Reencaminhar
qui 17/04/2025 10:10

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Estimado(a) Ana Dias,
No seguimento do vosso pedido, que desde já agradecemos, enviamos em anexo o excel devidamente preenchido.
A Endress+Hauser, considerando a volatilidade do mercado global, não consegue estabelecer preços fixos para um período de três anos. No entanto, informamos que, historicamente, o reajuste médio anual tem variado entre 3% e 5%. Ressaltamos, contudo, que não podemos garantir essa variação para os próximos anos, ficando, portanto, a vossa critério a definição dos reajustes dos anos 2 e 3 solicitados na LPU.
Em caso de encomenda assumimos como validadas, todas as opções consideradas na proposta anexa e a mesma deve mencionar o número da nossa proposta.
Ficando, dentro da vossa disponibilidade, a aguardar uma vossa resposta.
Sem mais nenhum assunto de momento,
Best regards | Cumprimentos
Tânia Caldeira
Best regards | Cumprimentos
Info - E+H PT

Endress+Hauser Portugal
Endress+Hauser Portugal, S.A. | Rua da Prata, Lote 133-Urbanização Vale do Alecrim | 2950-007 Palmela | Portugal
Phone: +351 214 253 070 | Fax: +351 214 253 079
info.pt@endress.com | www.pt.endress.com

e) 4ENERGY - Comércio e Instalações Técnicas, Lda. – 513718737;

RE: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

H hbastos@4energy.pt
Para: Ana Dias
Cc: António José Duarte | 4ENERGY; a.sousa@4energy.pt
Dar seguimento. Começar 5 de maio de 2025. Concluir até 5 de maio de 2025.
LPU RETIFICADA.xlsx
Ficheiro.xlsx
LPU RETIFICADA_Lote 1.pdf
Ficheiro.pdf
LPU RETIFICADA_Lote 2.pdf
Ficheiro.pdf
LPU RETIFICADA_Lote 3.pdf
Ficheiro.pdf

Responder Responder a Todos Reencaminhar
qui 24/04/2025 12:26

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Boa tarde Ana,
Tal como combinado, segue em anexo preços para os três lotes dos caudalímetros.
Qualquer dúvida não hesite em contactar.

Notas:
- Relativamente ao lote 1 (Krohne) seria importante em cada artigo completarem os mesmos com a referência o mais completa possível, para que possamos obter junto do representante preços daquilo que realmente é pedido, (exemplo: no primário indicar se é Optiflux 2000F ou Waterflux 3000 F. No conversor se é o IFC 300 W ou IFC 300 F/PT)

Com os melhores cumprimentos,
Hugo Bastos
Telemóvel: 90351 960 207 785 (chamada para rede móvel nacional)
4ENERGY
Lugar do Tacho, Zona Industrial de Albergaria-a-Velha, Arruamento M
3050-104 Albergaria-a-Velha
400000000

f)Sust4Amb - Ambiente e serviços Lda. – 510809499;

FW: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

daniela.rebelo@sust4amb.pt

Para

Ana Dias

Cc

esenoio.duarte@sust4amb.pt; Rui Gonçalves; rui.carmo@sust4amb.pt

1

Dar seguimento. Começar 5 de maio de 2025. Concluir até 5 de maio de 2025.

P.Venda_114.25_Caudalímetros A - LOTE I_AguadoDouroPaiva.pdf

Ficheiro .pdf

P.Venda_114.25_Caudalímetros B - LOTE II_AguadoDouroPaiva.pdf

Ficheiro .pdf

P.Venda_114.25_Caudalímetros C - LOTE III_AguadoDouroPaiva.pdf

Ficheiro .pdf

LPU RETIFICADA Iluxor

Ficheiro .xlsx

qua 30/04/2025 15:29

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Boa tarde,

No seguimento da vossa solicitação, que muito agradecemos, segue em anexo a nossa proposta, juntamente com o ficheiro devidamente preenchido com os preços unitários.

Sem mais de momento, permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,
Daniela Rebelo

Dep. Comercial
Tlm: +351 933 007 882 (chamada para rede móvel nacional)
Tlf: +351 253 074 211 (chamada para rede fixa nacional)
Email: daniela.rebelo@sust4amb.pt
Sede:
Rua do Areal, nº70
4835-475 Nespereira - Guimarães
www.sust4amb.pt

g)HIDMA- Hidráulica e Automação, S.A. – 505044897.

FW: CONSULTA PRELIMINAR CAUDALIMETROS - PEDIDO DE PROPOSTA

HIDMA - Hidráulica e Automação, SA <hidma@hidma.pt>

Para

Ana Dias

1

Dar seguimento. Começar 5 de maio de 2025. Concluir até 5 de maio de 2025.

Lt 1 - Krohne.pdf

Ficheiro .pdf

Lt 2 - Siemens.pdf

Ficheiro .pdf

Lt 3 - Endress + Hauser.pdf

Ficheiro .pdf

seg 05/05/2025 15:50

ATENÇÃO: Este email é de origem externa. Por favor validar a autenticidade e validade antes de executar alguma ação. Reportar aos STI se considerar este email suspeito.

Boa tarde Ana,

Conforme solicitado, segue anexo preços unitários referente à Consulta Preliminar infra.

Cumprimentos,
Best Regards

Armindo Santos
Departamento de Gestão Comercial
Vendas e Gestão Contratual
Tlm. 933 040 127

HIDMA - HIDRÁULICA E AUTOMAÇÃO, S.A.
Zona Industrial da Carriga, Lote Nº37 - 4745-312 Muro
Política, Privacidade e Tratamento de Dados em www.hidma.pt

+351 229 865 430
hidma@hidma.pt

+351 229 865 430
www.hidma.pt
HIDMA - LinkedIn

Clique com o botão direito ou toque sem soltar para transferir imagens. Para ajudar a proteger a sua privacidade, o Outlook impediu a transferência automática desta imagem da Internet.

venha conhecer o nosso novo website em:

MOD 6.25 R6 - PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

30 / 30